

Parecer nº 225/99

Data: 1999.12.22

Processo nº 654

Requerente: Câmara Municipal de Ponta Delgada

1. Na sequência de um requerimento que lhe foi apresentado pela «Multifesta, Organização e Prestação de Serviços, Lda.», em 7 de Junho de 1999, onde esta solicita que, relativamente ao Processo n.º 60/4ª Secção e ao Ofício Camarário de 25 de Maio de 1999, lhe sejam fornecidas cópias de todos os elementos existentes no processo desde a abertura do bar em causa, em 1997, a Câmara Municipal de Ponta Delgada (CMPD) vem solicitar à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos o respectivo parecer, aventando, designadamente a hipótese de o processo incluir documentos nominativos relativos a terceiros e, em geral, pretendendo saber, face à Lei de Acesso aos Documentos da Administração, se, além dos problemas da qualificação dos documentos em si e da natureza dos dados neles contidos, não haverá quaisquer outros factores jurídicos que impeçam ou desaconselhem a sua divulgação ao requerente.

2.1.A CMPD fez chegar a esta Comissão um conjunto de 3 cadernos. Todos contêm documentos numerados ordinalmente e a identificação, na capa, do n.º do processo, ano, entidade, assunto e início cronológico da recolha documental. O primeiro caderno refere-se a 1997 e contém 29 documentos (Senhora da Rosa - Estalagem/Processo de autorização). O segundo caderno reporta-se ao ano de 1998 e reúne 40 documentos (Multifestas/Esplanada - cervejas e refrigerantes). O terceiro caderno é relativo a 1999 e inclui 20 documentos (Multifestas/Licenciamento).

2.2. Convém notar que, de 1997 a 1999, toda a documentação reunida gravita em torno das licenças policiais, ora concedidas ora denegadas, relativas à exploração sucessiva da mesma instalação provisória de bar e esplanada destinada à venda de cervejas, refrigerantes e petiscos/grelhados. A exploração, levada a cabo durante o período nocturno, esteve primeiramente ao cuidado da Estalagem Senhora da Rosa, proprietária do local, transitando mais tarde, por concessão desta, para a empresa Multifestas.

Do último caderno consta, designadamente, o acto, praticado por delegação de poderes e com data de 25 de Maio de 1999, em que um dos vereadores camarários informa a Multifestas do indeferimento, por deliberação unânime da CMPD, do pedido da empresa de renovação da licença de exploração do mencionado local, fundamentado-se nas «sucessivas reclamações verificadas em anos anteriores por perturbações de ordem pública provenientes da exploração do bar». Foi este acto de indeferimento, recorde-se, que esteve na origem do requerimento de acesso aos documentos agora em causa apresentado pela Multifestas à CMPD em 25 de Maio de 1999.

2.3. Para maior clareza analítica, podemos distribuir os 89 documentos contidos nos 3 cadernos que nos foram presentes por vários tipos fundamentais:

Tipo A - Documentos relativos à(s) fase(s) preparatória(s) do(s) procedimento(s) de licenciamento (pedidos, requerimentos, actos relativos à concessão da exploração económica do local à Multifestas, etc.);

Tipo B - Documentos instrutórios relativos às decisões de conceder, renovar ou indeferir a emissão de nova licença policial de exploração (incluindo pedidos, informações e decisões sobre acções de fiscalização policial levadas a cabo pela PSP, bem como troca de informações, pedidos e esclarecimentos entre a CMPD e a Junta de Freguesia de Fajã de Baixo);

Tipo C - Documentação constituída por abaixo-assinados e participações individuais apresentados junto das autoridades autárquicas e policiais em protesto contra os barulhos, o alarido e a perturbação da ordem pública durante o período nocturno (no fundo, um subtipo do tipo anterior);

Tipo D - Documentos relativos à fase constitutiva do procedimento licenciatório e documentação conexa, incluindo também a relativa à transmissão das decisões e à prestação de informações sobre o seu conteúdo e suporte documental.

3. Postas as coisas neste pé, só poderia estar em causa a recusa de acesso a documentos acima referidos no caso daqueles que se incluem no tipo C. Todos os outros configuram documentos administrativos de carácter não nominativo cujo acesso não deve conhecer qualquer entrave por parte das autoridades administrativas. Mas mesmo no caso dos documentos do tipo C, não os podemos considerar como documentos de carácter nominativo. É verdade que aí se contém juízos objectivamente desfavoráveis para a empresa em causa e, além disso, que surgem com a devida identificação nominal dos residentes ou moradores que os apresentaram. Contudo, pelas suas finalidades de denúncia e defesa dos interesses de uma comunidade de moradores e ainda de impulsão adequada da actividade pública, tais documentos não podem considerar-se cobertos pela reserva da intimidade da vida privada dos particulares que os subscreveram. Por outro lado, os juízos de facto, de constatação de alaridos, barulhos e perturbação da tranquilidade pública durante os períodos nocturnos de descanso, sobrelevam amplamente os eventuais juízos pessoais de (des)valor sobre o comportamento dos gerentes, do pessoal ou dos frequentadores do bar em causa. Ou seja, também por esta via não pode considerar-se que os abaixo-assinados e as participações contenham dados pessoais susceptíveis de qualificar os documentos em causa como documentos nominativos.
4. Em decorrência de tudo quanto se disse anteriormente, esta Comissão não descortina qualquer obstáculo legal que possa ou deva impedir a cópia dos

referidos documentos. Por conseguinte, deverá a CMPD satisfazer integralmente o pedido de acesso apresentado pela empresa «Multifestas».

Lisboa, 22 de Dezembro de 1999.

Vasco Almeida (Relator) – João Figueiredo – Francisco de Brito – Renato Gonçalves – Gameiro dos Santos – Branca Amaral – Amadeu Guerra – Castro Martins (Presidente)